



Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,
Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Generali Brasil Seguros S.A. submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparativamente a igual período do ano anterior, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes.

A Generali Brasil Seguros S.A. é parte de um dos maiores grupos internacionais de seguros, Assicurazioni Generali SpA, fundado na Itália em 1831 e presente em 68 países. O grupo Generali consolida o resultado de 521 companhias, emprega aproximadamente 85.000 funcionários e atende a mais de 70 milhões de clientes.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias de 18 de agosto de 2009 e 26 de fevereiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social em R\$ 20,3 milhões.

As demonstrações financeiras refletem um desempenho aquém da expectativa nesse exercício, principalmente no que tange ao resultado econômico financeiro que foi impactado pelo aumento no índice de sinistralidade, conjuntamente ao significativo incremento de despesas não recorrentes.

A Companhia continua com sua estratégia de ampliação da sua atuação geográfica, com abertura de novas filiais, priorizando a interiorização da sua produção sempre com o foco na qualidade de atendimento aos clientes. A Companhia manteve seus investimentos em tecnologia, no desenvolvimento de seu sistema corporativo, com o aperfeiçoamento dos processos operacionais, aprimorando os serviços prestados aos corretores e segurados.

De acordo com a política do Grupo, a Companhia segue os preceitos previstos no Código de Ética em vigor desde 2004, reforçando a atuação do

seu Comitê de Controles Internos com o objetivo de fortalecer e aprimorar as funções de compliance, controles internos e gestão de riscos.

Destacamos que a Companhia registra todos os seus Investimentos Financeiros com base no valor de mercado.

Agradecimentos

Reiteramos nossos agradecimentos aos segurados, corretores e parceiros de negócios pela preferência e confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais e colaboradores manifestamos o reconhecimento pela dedicação e pelos esforços que têm demonstrado. Agradecemos aos acionistas o apoio e confiança em nossa administração. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2011.

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	2010	2009
Circulante	339.717	379.813
Disponível - caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	818	1.352
Aplicações financeiras (Nota 4)	118.054	110.441
Títulos de renda fixa	54.856	23.262
Quotas de fundos de investimento	63.198	87.179
Crédito das operações com seguros e resseguros	177.304	212.114
Prêmios a receber	77.867	82.316
Operações com seguradoras	660	333
Operações com resseguradoras	94.491	124.926
Outros créditos operacionais	8.604	6.307
Provisão para riscos de créditos	(4.318)	(1.768)
Títulos e créditos a receber	3.341	5.339
Títulos e créditos a receber	1.130	1.088
Créditos tributários e previdenciários	1.937	3.985
Outros créditos	646	638
Provisão para riscos de créditos	(372)	(372)
Outros valores e bens (Nota 20)	11.100	8.198
Empréstimos e depósitos compulsórios	12	12
Despesas antecipadas	17	17
Despesas de comercialização diferidas (Nota 9)	17.522	24.038
Despesas de resseguros e retrocessões diferidas (Nota 9)	11.549	18.302
Não circulante	66.581	79.381
Realizável a longo prazo	35.981	47.723
Aplicações financeiras (Nota 4)	501	14.338
Títulos de renda fixa	-	13.854
Outras aplicações	501	484
Títulos e créditos a receber	35.480	33.385
Títulos e créditos a receber (Nota 5)	8.524	7.996
Depósitos judiciais e fiscais (Nota 6)	26.956	25.389
Permanente (Nota 7)	30.600	31.658
Investimentos	19.408	19.666
Participações societárias	1.653	1.646
Imóveis destinados a renda	35.064	35.064
Outros Investimentos	59	59
Depreciação	(17.368)	(17.103)
Imobilizado	7.564	7.860
Imóveis	10.628	10.628
Bens móveis	9.524	9.217
Outras imobilizações	115	98
Provisão para desvalorização	(14)	(14)
Depreciação	(12.689)	(12.069)
Intangível		
Outros intangíveis	3.628	4.132
Total do ativo	406.298	459.194

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Aumento de				Ajustes		Prejuízos acumulados	Total
	Capital social	capital em aprovação	Capital a integralizar	Reserva de reavaliação	com títulos e valores mobiliários			
Saldos em 31 de dezembro de 2008	148.951	-	-	7.490	9	(81.705)	74.745	
Aumento de capital por incorporação (Notas 1 e 14(b))	81	-	-	-	-	-	81	
Avaliação títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	7	-	7	
Baixa parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(114)	-	114	-	
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(180)	-	180	-	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(9.063)	(9.063)	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	149.032	-	-	7.196	16	(90.474)	65.770	
Aumento de capital em aprovação (Nota 14(b))	-	20.307	-	-	-	-	20.307	
Capital a realizar (Nota 14(b))	-	-	(48)	-	-	-	(48)	
Avaliação títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(16)	-	(16)	
Realização parcial da reserva de reavaliação, líquida de impostos	-	-	-	(176)	-	176	-	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(25.176)	(25.176)	
Saldos em 31 de dezembro de 2010	149.032	20.307	(48)	7.020	-	(115.474)	60.837	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

Em milhares de reais

1. Contexto operacional
A Generali Brasil Seguros S.A., ("Generali" ou "Seguradora") controlada da Assicurazioni Generali S.p.A., grupo segurador internacional, tem por objetivo social a exploração de seguros de danos e pessoas, como definidos na legislação em vigor.

Em 20 de maio de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, os acionistas da Seguradora deliberaram, entre outros assuntos, pela incorporação das investidoras Transocean do Brasil Participações S.A. ("Transocean") e Genpar Empreendimentos e Participações S.A. ("Genpar"), com base nos protocolos e justificativa de incorporação datados de 15 de maio de 2009 e nos laudos de avaliação dos patrimônios líquidos contábeis das respectivas empresas datados de 30 de abril de 2009. Os acervos líquidos contábeis da Transocean e a Genpar são compostos por aplicações financeiras e créditos a receber no montante de R\$ 7 e R\$ 74, respectivamente, totalizando R\$ 81. Os efeitos decorrentes da referida incorporação foram contabilizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. O aumento de capital na Generali decorrente desta incorporação foi homologado através da portaria SUSEP nº 3326 de 22 de setembro de 2009.

2. Apresentação das demonstrações financeiras
As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela diretoria da Generali em 25 de fevereiro de 2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 379/2008 e alterações posteriores e de acordo, também, com as práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC aprovadas pela SUSEP.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Seguradora incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, provisões técnicas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor
Em consonância com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, a SUSEP aprovou, com a edição da Circular 379 de 19 de dezembro de 2008, diversos pronunciamentos da Comissão de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPC 1 a CPC 13, exceto o CPC 11), com aplicação imediata em 2008. O CPC 11 - Contratos de Seguros, conforme determina a Circular nº 408 de 23 de agosto de 2010, será aplicável somente no exercício de 2011.

Adicionalmente, durante os exercícios de 2009 e de 2010 foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, as quais, até a presente data, não foram aprovadas pela SUSEP. Dessa forma, a administração

da Seguradora está apresentando suas demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009 e concomitantemente, está em processo de levantamento dos efeitos nas suas demonstrações financeiras relativos à adoção das novas práticas contábeis a partir de 2011.

3. Principais práticas contábeis

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e considera:

- A apropriação ao resultado dos prêmios e comissões, incluindo os custos de angriação deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões em resseguros e cosseguros, de acordo com o prazo de vigência das apólices.
- A apropriação dos juros sobre prêmios fracionados, de acordo com o prazo de parcelamento desses prêmios.
- O resultado decorrente de retrocessão de prêmios e respectivas comissões, indenizações, provisões técnicas, outras receitas e despesas, apropriado mensalmente com base nos valores informados pelo IRB-Brasil Resseguros S.A.

• A participação dos funcionários, de acordo com as metas estipuladas pela administração da Seguradora, apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria.

• Aluguéis de imóveis destinados à renda, registradas como Resultado Patrimonial.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(c) Aplicações

De acordo com pronunciamentos da SUSEP, os títulos e valores mobiliários são classificados, de acordo com a intenção de sua negociação, em três categorias específicas, quando aplicável, e atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

• Títulos para negociação

São adquiridos com o propósito de serem negociados frequentemente e de forma ativa, são avaliados pelo valor de mercado e classificados no ativo circulante; os ganhos e as perdas realizados e não realizados com esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

• Títulos disponíveis para venda

São avaliados pelo valor de mercado, os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos no patrimônio líquido na conta "Ajustes com títulos e valores mobiliários", líquidos dos correspondentes efeitos tributários. Nas datas das negociações dos títulos, os ganhos e as perdas são transferidos para o resultado.

• Títulos mantidos até o vencimento

Aqueles para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira para manter até o vencimento, são contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos que são reconhecidos

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2010	2009
Prêmios emitidos líquidos	293.446	309.129
Prêmios de resseguros cedidos	(65.482)	(71.627)
Prêmios retidos	227.964	237.502
Variações das provisões técnicas	17.190	(19.038)
Prêmios ganhos (Nota 15)	245.154	218.464
Sinistros retidos	(176.215)	(140.202)
Despesas de comercialização (Nota 16)	(44.465)	(41.370)
Outras despesas e receitas operacionais (Nota 16)	(20.361)	(18.314)
Despesas administrativas (Nota 16)	(46.323)	(42.998)
Despesas com tributos (Nota 16)	(6.519)	(5.735)
Resultado financeiro (Nota 16)	19.387	18.735
Resultado patrimonial (Nota 16)	3.388	2.021
Resultado operacional	(25.954)	(9.399)
Ganhos com ativos não correntes (Notas 7(b) e 16)	1.222	740
Resultado antes dos impostos e participações	(24.732)	(8.659)
Participações sobre o resultado	(444)	(404)
Prejuízo do exercício	(25.176)	(9.063)
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do exercício (R\$)	(17,46)	(8,05)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2010	2009
Atividades operacionais		
Recebimentos de prêmios de seguros	310.217	316.792
Recuperações de sinistros e comissões	24.442	183
Outros recebimentos operacionais (salvados, ressarcimentos e outros)	5.281	6.975
Pagamentos de sinistros e comissões	(232.157)	(196.875)
Repasses de prêmios por cessão de riscos	(42.350)	(48.530)
Pagamentos de despesas com operações de seguros e resseguros	(3.757)	(7.117)
Pagamentos de despesas e obrigações	(42.527)	(46.437)
Pagamentos de indenização e despesas de processos judiciais	-	(239)
Outros pagamentos operacionais	(21.193)	(15.005)
Recebimentos de juros e dividendos	769	1.375
Constituição de depósitos judiciais	(693)	(1.758)
Resgates de depósitos judiciais	522	35
Pagamentos de participações nos resultados	(444)	(404)
Caixa gerado (consumido) pelas operações	(1.890)	8.995
Impostos e contribuições pagos	(27.460)	(26.517)
Investimentos financeiros		
Aplicações	(170.173)	(153.684)
Venda e resgates	187.568	165.186
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(11.955)	(6.020)
Atividades de investimento		
Pagamentos pela compra de ativo permanente		
Imobilizado	(448)	(345)
Intangível	(580)	(2.520)
Recebimentos pela venda de ativo permanente		
Imobilizado	54	1.408
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(974)	(1.457)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	12.395	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 8)	-	7.912
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	12.395	7.912
Aumento líquido (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(534)	435
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.352	917
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	818	1.352
Redução nas aplicações financeiras - recursos livres	(453)	(5.420)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

na demonstração do resultado. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderando a possibilidade de venda desses títulos.

(d) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os saldos em moeda estrangeira, oriundos de operações com seguros, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras.

Os demais ativos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos e, quando aplicável, o efeito do ajuste desses ativos para o valor de mercado ou de realização. A Seguradora constitui provisão para riscos de créditos com base em análise de sua administração que leva em consideração o perfil e a experiência com a carteira de clientes, a conjuntura econômica e a sua expectativa de realização de créditos e contas a receber.

(e) Permanente

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- As participações no IRB-Brasil Resseguros S.A. e na Seguradora Líder dos Consórcios de Seguros - DPVAT avaliadas pelo seu custo histórico de aquisição.
- Imóveis destinados a renda depreciados pelo método linear pelo prazo de 25 anos.

• Reavaliações periódicas de terrenos e edificações com base em laudos de peritos independentes e a última registrada em 2004. Com a edição da Lei nº 11.638/07 não serão efetuadas novas reavaliações.

• Depreciação do imobilizado, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil-econômica dos bens, sendo 25 anos para as edificações reavaliadas, 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para veículos e equipamentos de informática.

• Intangível, representado por gastos com implantação de sistemas e "softwares", amortizado pelo método linear, com base na expectativa de geração de resultados, que não excede o prazo de cinco anos. Ressalte-se que os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora, que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos no ativo intangível.

(f) Provisões técnicas - seguros e resseguros

• **Provisão de prêmios não ganhos - PPNG**

Constituída pela parcela dos prêmios emitidos e retidos, correspondentes ao período de risco não decorrido do prazo de vigência de cada apólice, segundo parâmetros e normas determinadas pelo CNSP, atualizada monetariamente no caso de seguros indexados.

A provisão de prêmios não ganhos referente aos riscos vigentes e ainda não emitidos (RVNE) é estimada conforme metodologia submetida à SUSEP. As comissões retidas e diferidas de RVNE são estimadas com base nos percentuais médios observados para as mesmas nos últimos 12 meses. A Nota Técnica Atuarial em que são justificadas as metodologias de estimação está à disposição da SUSEP, conforme Resolução CNSP nº 162/06 e nº 181/07.



Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

• Provisão complementar de prêmios - PCP

A Seguradora contabilizou, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Provisão Complementar de Prêmios - PCP, conforme estabelecido pelas Resoluções do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nºs 162/2006 e 181/2007. Esta provisão é complementar à PPNG e PPNG-RVNE e seu cálculo é feito "pro rata die", tomando por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido; o seu valor será a diferença, se positiva, entre a média da soma dos valores apurados diariamente no mês de constituição e a PPNG constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não. Esta provisão deve ser entendida como um reforço da margem de solvência.

A Seguradora, de acordo com a orientação da SUSEP, registrou a sua PCP inicial de R\$ 12.433 como ajuste de exercícios anteriores nas demonstrações financeiras de 2007. O saldo em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 88 (2009 - R\$ 3.222), apresentado sob "provisões técnicas - Outras provisões", no passivo circulante, cujo efeito no resultado de 2010 é de R\$ 3.134 (2009 - R\$ 1.634). O IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em seu comunicado técnico nº 01/2007, concluiu que a constituição desta provisão técnica está em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente por não refletir qualquer obrigação, conhecida ou potencial, que possa decorrer de um contrato de seguro.

• Provisão de sinistros a liquidar

Constituída com base na estimativa de pagamentos prováveis, determinada com base nas notificações de sinistros avisados.

• Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados

Constituída para todos os ramos de atuação da Seguradora, com base em metodologia submetida e aceita pela SUSEP e leva em consideração a experiência de sinistralidade da Seguradora.

A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados para o ramo de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) é contabilizada com base nos valores informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, por intermédio do demonstrativo do Convênio do Seguro de DPVAT.

(g) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando apurado lucro tributável, as provisões para imposto de renda e contribuição social são calculadas nos termos da legislação vigente à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% para imposto de renda e 15% para contribuição social sobre o lucro.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos não-financeiros

Com base em análise da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Seguradora exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por "impairment" no resultado do exercício. Não foram identificadas evidências de necessidade de constituição de provisão para perdas por "impairment" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

4. Aplicações financeiras - circulante e não circulante

	2010		2009	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Títulos de renda fixa - privados				
Quotas de fundos de investimento.....	63.198	-	87.179	-
Certificados de Depósito Bancário.....	29.091	-	12.821	-
Títulos de renda fixa - públicos				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	24.500	-	10.441	13.854
Outras aplicações.....	1.265	501	-	484
	<u>118.054</u>	<u>501</u>	<u>110.441</u>	<u>14.338</u>

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido na divulgação do mercado secundário da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e os fundos de investimento são apresentados pelo valor das quotas de cada fundo, na data das demonstrações financeiras, divulgado pelos seus administradores. Os títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro foram classificados como segue:

(a) Títulos para negociação

	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos públicos federais..	24.500	24.500	-	-
Quotas de fundos de investimento - renda fixa..	63.198	63.198	87.179	87.179
Certificados de Depósito Bancário.....	29.091	29.091	12.821	12.821
Debêntures.....	1.265	1.265	-	-
	<u>118.054</u>	<u>118.054</u>	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>

Estes títulos possuem a seguinte distribuição por prazo de vencimento:

	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer em até 1 ano ...	24.610	24.610	11.934	11.934
A vencer entre 1 e 5 anos...	30.246	30.246	887	887
Vencimento indeterminado .	63.198	63.198	87.179	87.179
	<u>118.054</u>	<u>118.054</u>	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>

As quotas de fundos de investimento são apresentadas pelo valor das quotas dos fundos na data das demonstrações financeiras e correspondem a aplicações em fundos exclusivos e não exclusivos, referenciados e vinculados principalmente ao certificado de depósito interfinanceiro (CDI) e administrados principalmente pelo Banco Santander S.A., Banco UBS Pactual S.A., Banco Votorantim S.A., Credit Lyonnais e Banco Itaú S.A. Os títulos das carteiras dos fundos exclusivos também estão classificados como títulos para negociação.

(b) Títulos disponíveis para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009 eram compostos por títulos públicos federais, no valor total de R\$ 24.295, adquiridos pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, na qualidade de administradora dos recursos garantidores da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados das operações dos Consórcios DPVAT. No decorrer do exercício de 2010, a Seguradora Líder - DPVAT alterou o portfólio de investimentos, passando a deter quotas de fundos exclusivos classificados como títulos para negociação.

Outras aplicações, no montante de R\$ 501 (2009 - R\$ 484), referem-se a valores retidos pelo IRB decorrentes de operações em moeda estrangeira com prazo indeterminado de vencimento, classificados como disponíveis para venda.

	2010		2009	
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
A vencer em até 1 ano.....	-	-	10.437	10.441
A vencer entre 1 e 5 anos..	-	-	13.830	13.854
	-	-	<u>24.267</u>	<u>24.295</u>

5. Tributos e créditos a receber - ativo não circulante

Referem-se, principalmente, às ações judiciais transitadas em julgado conforme descrito a seguir:

(a) Ação ordinária 99.001.159336-3, no montante de R\$ 5.707 (2009 - R\$ 5.395) movida contra o Município do Rio de Janeiro, relativa a imposto sobre a propriedade territorial urbana - IPTU e contribuição da Taxa de Coleta do Lixo e de Limpeza Pública - TCLLP, por inconstitucionalidade na majoração da alíquota.

(b) Ação ordinária 93.001.066174-8, no montante de R\$ 1.802 (2009 - R\$ 1.750) movida contra a ACS Air Charter Systems sobre responsabilidade de transporte aéreo de animais.

Esses créditos são corrigidos pelos índices de remuneração determinados nas ações, quais sejam: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial - IPCA-E acrescido da taxa de 1% ao ano para o item (a) e do Bank Rate divulgado pelo Banco Central do Canadá acrescido da variação cambial do dólar canadense para o item (b).

6. Depósitos judiciais e fiscais

	2010	2009
Sinistros (Nota 13(a))	5.696	4.695
Tributos.....	4.499	4.499
Encargos sociais	937	954
Trabalhistas	74	74
Depósitos judiciais e fiscais cíveis (Nota 13(b))	14.620	13.705
Outros depósitos	1.130	1.462
	<u>26.956</u>	<u>25.389</u>

7. Permanente

(a) Investimentos

	2010	2009
Participações societárias		
IRB Brasil Resseguros S.A.....	1.474	1.474
Seguradora Líder - DPVAT	179	172
Imóveis destinados a renda - urbanos, líquidos		
líquidos de depreciação.....	17.696	17.961
Outros investimentos	59	59
	<u>19.408</u>	<u>19.666</u>

A receita de alugueis de imóveis foi de R\$ 4.648 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (2009 - R\$ 4.240) registrada na rubrica de resultado patrimonial na demonstração do resultado (Nota 16). A depreciação acumulada de imóveis destinadas a renda monta a R\$ 17.368 (2009 - R\$ 17.103).

(b) Imobilizado

	2010	2009
Imóveis	10.614	10.614
Móveis e utensílios	2.824	2.749
Equipamentos de informática	5.489	5.237
Veículos.....	1.211	1.231
Outras imobilizações	115	98
	<u>20.253</u>	<u>19.929</u>
Depreciação acumulada.....	<u>(12.689)</u>	<u>(12.069)</u>
	<u>7.564</u>	<u>7.860</u>

9. Provisões técnicas e despesas de comercialização - Seguros e resseguros

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões para despesas administrativas	Provisão complementar de prêmios	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de resseguros e retrocessões diferidas	Receitas de comercialização diferidas
	2010	2009	2010	2009	2010	2009					
Incêndio	-	-	1.598	-	-	-	-	-	-	-	-
Compreensivo residencial	1.824	-	657	120	-	-	-	-	534	177	10
Compreensivo condomínio	270	-	86	26	-	-	-	-	64	136	47
Compreensivo empresarial	11.789	-	9.438	1.398	-	-	-	-	2.791	4.067	1.281
Automóvel/RCF	46.284	-	32.053	8.272	-	-	-	-	11.446	50	1
Transporte nacional/ Internacional....	733	-	33.468	1.455	-	-	-	-	140	75	7
Cascos / aeronáuticos	2.832	-	1.473	219	-	-	-	-	249	2.384	250
Responsabilidade civil	1.355	-	10.426	196	-	-	-	-	270	182	4
Vida/acidentes pessoais.....	706	-	25.388	11.317	-	-	-	-	359	53	9
Engenharia	727	-	990	5	-	-	-	20	20	738	127
Riscos diversos	780	-	1.254	58	-	-	-	-	135	486	133
Riscos de petróleo	-	-	110	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestamista.....	3.504	-	3.370	665	-	-	-	58	1.124	-	-
DPVAT.....	-	-	21.177	-	-	-	52	-	-	-	-
Demais.....	4.190	-	16.767	1.950	-	-	-	10	390	3.201	270
	<u>74.994</u>	<u>-</u>	<u>158.255</u>	<u>25.681</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>88</u>	<u>17.522</u>	<u>11.549</u>	<u>2.139</u>

Ramos	Provisão de prêmios não ganhos		Sinistros a liquidar		Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados		Outras provisões para despesas administrativas	Provisão complementar de prêmios	Despesas de comercialização diferidas	Despesas de resseguros e retrocessões diferidas	Receitas de comercialização diferidas
	2010	2009	2010	2009	2010	2009					
Incêndio	-	-	2.272	1	-	-	-	-	-	-	-
Compreensivo residencial	1.581	-	559	82	-	-	-	-	473	161	13
Compreensivo condomínio	248	-	61	9	-	-	-	-	60	132	38
Compreensivo empresarial	11.217	-	5.014	1.005	-	-	-	-	2.583	4.174	1.132
Automóvel/RCF	64.585	-	30.938	3.042	-	-	-	-	17.863	3.052	962
Transporte nacional/ Internacional....	1.269	-	32.861	1.884	-	-	246	-	70	1.375	96
Cascos / aeronáuticos	3.756	-	2.517	75	-	-	-	-	392	3.075	440
Responsabilidade civil	1.628	-	9.726	159	-	-	-	-	252	658	65
Vida/acidentes pessoais.....	1.207	-	16.996	12.971	-	-	-	2.238	272	1.109	6
Engenharia	570	-	367	17	-	-	-	23	17	557	134
Riscos diversos	711	-	1.599	66	-	-	-	44	114	493	86
Riscos de petróleo	217	-	32.013	9	-	-	-	-	12	216	12
Prestamista.....	5.208	-	1.496	1.057	-	-	-	160	1.690	-	-
DPVAT.....	-	-	22.354	1.156	-	-	374	-	-	-	-
Demais.....	3.453	-	8.419	1.434	-	-	-	511	240	3.300	223
	<u>95.650</u>	<u>-</u>	<u>167.192</u>	<u>22.967</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>374</u>	<u>3.222</u>	<u>24.038</u>	<u>18.302</u>	<u>3.207</u>

10. Garantias das provisões técnicas

Para cobertura das provisões técnicas, a Seguradora mantém os seguintes bens e valores retidos ou vinculados à SUSEP:

	2010	2009
Certificados de Depósito Bancário.....	29.091	12.821
Quotas de fundos de investimento - renda fixa	40.446	87.145
Imóveis	9.829	10.764
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	24.500	24.267
Debêntures	1.265	-
	<u>105.131</u>	<u>134.997</u>

O montante dos direitos creditórios de R\$ 26.508 (2009 - R\$ 38.733), líquido dos prêmios vencidos e não pagos, foram deduzidos das provisões técnicas para fins de cobertura, segundo as Circulares SUSEP nºs 284/05 e 300/05. Parte dos imóveis registrados em investimentos e em imobilizado serviram para cobertura das provisões técnicas. A Seguradora apresenta, em 31 de dezembro de 2009, suficiência de cobertura de provisões técnicas e, em 31 de dezembro de 2010, insuficiência de R\$ 15.551. Os planos para reverter essa situação estão descritos na Nota 18.

11. Partes relacionadas

	2010	2009
Caja de Seguros S.A. (i).....	58	88

(i) Referem-se a adiantamentos recebidos pela seguradora em conexão com os convênios firmados para atendimento aos sinistros dos segurados da Caja de Seguros S.A., companhia do grupo, na modalidade de Responsabilidade Civil de Danos Materiais e Danos Corporais.

As Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias de 30 de julho de 2010 e de 31 de março de 2009 fixaram a remuneração global mensal da administração em até R\$ 300, a ser rateada posteriormente entre seus membros, como faculta o Estatuto Social, perfazendo o montante de R\$ 3.058 (2009 - R\$ 2.909), registrados como despesa administrativa.

A Seguradora proporciona aos seus empregados os benefícios estipulados em acordo firmado em convenção coletiva com o sindicato da categoria.

12. Previdência complementar

A Seguradora instituiu um plano de aposentadoria complementar opcional para seus empregados, sob a forma de plano de contribuição definida com Plano Fundo Gerador de Benefícios e regime de capitalização financeira. A Seguradora participa com 80% da contribuição mensal dos Empregados, cujo valor considera o cargo, as responsabilidades e o tempo de serviço prestado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora registrou contribuições de R\$ 391 (2009 - R\$ 409), classificadas na rubrica "Despesas administrativas".

13. Contingências

(a) Sinistros

As contingências passivas relacionadas a sinistros estão provisionadas na rubrica "Sinistros a liquidar". Com base nos pareceres dos consultores jurídicos da Seguradora, foram constituídas provisões suficientes para garantir prováveis perdas com estas ações. Em função do andamento dos processos relativos a ações ligadas a sinistros, foram efetuados depósitos judiciais da ordem de R\$ 5.696 (2009 - R\$ 4.695) conforme Nota 6.

(b) Outros débitos

Quanto às demais ações, os quadros apresentados a seguir demonstram as chances de perda e a natureza das contingências:

Chance de perda	Quantidade de processos	Valores reclamados	2010	
			Valores provisionados	Com depósitos judiciais
A - Provável.....	87	2.491	2.491	1.004
B - Possível.....	251	6.233	-	20.256
C - Remota	87	3.282	-	-
	<u>425</u>	<u>12.006</u>	<u>2.491</u>	<u>21.260</u>

Durante o segundo semestre de 2009, foi vendido um imóvel no Rio de Janeiro pelo valor de R\$ 1.400 apurando-se um lucro de R\$ 740. Em 2009, o lucro auferido na venda desse imóvel está registrado na rubrica "Ganhos com ativos não correntes".

(c) Intangível

	2010	2009
Gastos com desenvolvimento e implantação		
de sistemas (i)	7.439	6.859
Amortização acumulada.....	<u>(3.811)</u>	<u>(2.727)</u>



Generali Brasil Seguros S.A.

CNPJ (MF) 33.072.307/0001-57

Sede Social: Av. Rio Branco, 128 - 7º andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-002 - Tel: (21) 2508-0100

(b) Aumento de capital

Em Assembléias Gerais Extraordinárias de 18 de agosto de 2009 e 26 de fevereiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social em espécie de R\$ 7.912 e R\$ 12.395, respectivamente, com emissão de 316.067.389 novas ações, elevando-o de R\$ 149.032 para R\$ 169.339, representado por 1.441.856.532 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Esta operação está sob análise e aprovação da SUSEP. O montante de R\$ 7.912 foi mantido como adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC em 2009, pois, conforme disposto no artigo 49 do Decreto nº 60.459/67, a transferência para patrimônio líquido somente poderia ocorrer quando do aporte de recursos em montante superior a 50% do total a ser capitalizado, fato ocorrido somente em 2010.

Por determinação da SUSEP, a parcela do aumento de capital realizada a maior pelo acionista Transocean Holding Corporation, no montante de R\$ 48, em relação aos demais acionistas deverá permanecer registrado como AFAC na rubrica "Depósito de terceiros" de forma a não diluir o capital do controlador Assicurazioni Generali S.p.A. e dos acionistas não controladores.

Conforme mencionado na Nota 1, os acionistas deliberaram, em 2009, pela incorporação das investidoras Transocean e Genpar, o que acarretou em um aumento de capital no montante de R\$ 81. Esse aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 3.326 de 22 de setembro de 2009, elevando o número de ações para 1.125.789.143 em 2009.

(c) Reserva de reavaliação

Referente à reavaliação dos terrenos e edificações, é apresentada líquida do imposto de renda e contribuição social incidentes, refletidos na provisão para tributos diferidos no exigível a longo prazo. As baixas e realizações parciais da reserva de reavaliação são decorrentes da venda dos imóveis comerciais da Seguradora citados na Nota 7(b).

Conforme permitido pela Lei nº 11.638/07, a Seguradora optou por não estornar a reserva de reavaliação.

(d) Ajustes de títulos e valores mobiliários

Refere-se à valorização, líquida dos efeitos tributários, dos títulos classificados como "disponíveis para venda" - Nota 4(b), ajustada ao valor de mercado, em conformidade com a Circular SUSEP nº 379/08.

15. Ramos de atuação da Seguradora

Os principais ramos de atuação da Seguradora, os prêmios ganhos, os índices de sinistralidade e os índices de comissionamento estão assim demonstrados:

	Índices - %		
	Prêmios ganhos	Sinistralidade	Comissionamento
Em 31 de dezembro de 2010			
Automóveis/RCF-V.....	115.158	82	21
Vida/acidentes pessoais.....	52.073	65	17
Demais.....	77.923	61	15
	<u>245.154</u>	<u>71</u>	<u>18</u>
Em 31 de dezembro de 2009			
Automóveis/RCF-V.....	95.705	75	21
Vida/acidentes pessoais.....	44.687	45	15
Demais.....	78.072	62	18
	<u>218.464</u>	<u>64</u>	<u>19</u>

16. Detalhamento das contas das demonstrações do resultado

	2010	2009
(a) Despesas de comercialização		
Comissão sobre prêmios emitidos.....	(47.262)	(48.049)
Comissão de agenciamento.....	(3.391)	(3.536)
Recuperação de comissões.....	10.088	9.509
Outras despesas de comercialização.....	(495)	(2.528)
Varição das despesas de comercialização diferidas..	(3.405)	3.234
	<u>(44.465)</u>	<u>(41.370)</u>
(b) Outras despesas e receitas operacionais		
Outras receitas operacionais		
Recuperação de custo de apólice.....	6.972	8.032
Outras receitas, líquidas.....	2.139	286
	<u>9.111</u>	<u>8.318</u>
Outras despesas operacionais		
Despesas operacionais - seguros.....	(19.218)	(17.195)
Provisão para riscos de créditos.....	(2.550)	(556)
Despesas com administração de apólices.....	(2.585)	(1.528)
Despesas com inspeção de riscos.....	(2.767)	(3.179)
Despesas com encargos dos corretores.....	(212)	(183)
Despesas com cobrança bancária.....	(2.583)	(1.654)
Lucros atribuídos.....	(373)	(1.003)
Outras despesas, líquidas.....	816	(1.334)
	<u>(29.472)</u>	<u>(26.632)</u>
	<u>20.361</u>	<u>18.314</u>
(c) Despesas administrativas		
Despesas com pessoal próprio.....	(32.285)	(29.152)
Despesas com serviços de terceiros.....	(3.174)	(2.520)
Despesas com localização e funcionamento.....	(7.846)	(7.721)
Outras despesas administrativas.....	(3.018)	(3.605)
	<u>(46.323)</u>	<u>(42.998)</u>
(d) Despesas com tributos		
Despesas com PIS.....	(794)	(739)
Despesas com COFINS.....	(4.826)	(4.542)
Outras despesas com tributos.....	(899)	(454)
	<u>(6.519)</u>	<u>(5.735)</u>
(e) Resultado financeiro		
Receitas financeiras		
Com operações de seguros e resseguros.....	5.549	4.735
Com títulos de renda fixa.....	11.991	11.960
Com dividendos do IRB.....	422	713
Com crédito tributário.....	46	143
Outras receitas financeiras.....	1.859	1.801
	<u>19.867</u>	<u>19.352</u>

Despesas financeiras

	2010	2009
Com operações de seguros e resseguros.....	(305)	222
Outras despesas financeiras.....	(175)	(839)
	<u>(480)</u>	<u>(617)</u>
	<u>19.387</u>	<u>18.735</u>

(f) Resultado patrimonial

	2010	2009
Receitas de aluguel.....	4.648	4.240
Despesas patrimoniais.....	(1.260)	(2.219)
	<u>3.388</u>	<u>2.021</u>

(g) Ganhos com ativos não correntes

	2010	2009
Alienação de imobilizado.....	49	740
Outras receitas (i).....	1.173	-
	<u>1.222</u>	<u>740</u>

(i) Refere-se a ganho de ação movida pela Seguradora transitada em julgado em 2010.

17. Imposto de renda e contribuição social

	2010		2009	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Resultado antes dos tributos e participações.....	(24.732)	(24.732)	(8.659)	(8.659)
Participações no resultado.....	(444)	(444)	(404)	(404)
Adições				
Realização parcial da reserva de reavaliação por depreciação e sobre venda.....	293	293	437	437
Provisão de ações Trabalhistas	19	19	97	97
Provisão de ajuste a valor de mercado.....	28	28	-	-
Provisão para perda de aluguéis.	-	-	20	20
Provisão para crédito duvidosos s/premios.....	2.250	2.250	-	-
Provisão p/riscos s/cred. c/resseguradoras.....	300	300	75	75
Provisão p/riscos s/cred. c/seguradoras.....	-	-	180	180
Provisão perda na realização de salvados.....	500	500	-	-
Outras adições.....	-	-	88	88
Exclusões				
Reversão de ajuste a valor de mercado.....	-	-	(21)	(21)
Reversão provisão realização salvado.....	-	-	(101)	(101)
Reversão de provisão de ações cíveis e fiscais.....	(839)	(839)	(206)	(206)
Reversão de provisão de ações trabalhistas.....	-	-	(104)	(104)
Dividendos recebidos.....	(414)	(414)	(686)	(686)
Base tributável negativa.....	<u>(23.039)</u>	<u>(23.039)</u>	<u>(9.284)</u>	<u>(9.284)</u>

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, as companhias poderiam optar pelo Regime Tributário de Transição - RTT, que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da MP nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, por meio de registros no livro de apuração do lucro real - LALUR ou de controles auxiliares, sem qualquer modificação da escrituração mercantil. A Seguradora optou por este regime quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008.

A Seguradora possui um saldo acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 191.394 em 31 de dezembro de 2010 (R\$ 168.355 em 2009). Não foram constituídos créditos tributários diferidos sobre esse saldo acumulado, bem como sobre as adições temporárias em decorrência do histórico de prejuízos da Seguradora, em consonância com Circular SUSEP nº 379/08.

18. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital (EC)

Nos termos da Resolução CNSP nº 178/07, o capital mínimo requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras é composto por um capital base e parcelas adicionais para cobertura dos riscos de subscrição de crédito, de mercado, legal e operacional. Considerando que, por parte do CNSP, ainda não há regulação do capital adicional pertinente a todos os riscos identificados na regulamentação, a eventual insuficiência de patrimônio líquido ajustado deverá ser aferida em relação ao maior dos valores entre o capital mínimo requerido e a margem de solvência calculada na forma estabelecida pela Resolução CNSP nº 55/01. A Resolução CNSP nº 158/06 alterada pela Circular SUSEP nº 355/07 estabeleceu critérios para a determinação do capital adicional baseado nos riscos de subscrição.

Em 31 de dezembro, o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), a margem de solvência e o capital mínimo requerido, podem ser assim demonstrados:

	2010	2009
Patrimônio líquido contábil.....	60.837	65.770
Despesas antecipadas.....	(17)	(17)
Intangível.....	(3.628)	(4.132)
Patrimônio líquido ajustado.....	57.192	61.621
(a) Patrimônio mínimo necessário - por prêmio.....	45.593	47.500
(b) Patrimônio mínimo necessário - por sinistro.....	49.416	46.571
Margem de solvência (a).....	(49.416)	(47.500)
Capital base - CB.....	15.000	15.000
Capital adicional de subscrição - CAS.....	45.230	43.984
Capital mínimo requerido (b).....	60.230	58.984
Patrimônio líquido ajustado.....	57.192	61.621
(-) Exigência de capital - EC maior entre (a) ou (b).....	60.230	58.984
Suficiência (insuficiência) de capital.....	(3.038)	2.637

De acordo com a Resolução CNSP nº 227/2010, a Seguradora deverá regularizar a sua situação de insuficiência de capital em até 18 meses contados a partir da apresentação do plano de correção de solvência para a SUSEP. A controladora da Seguradora aportará recursos até o final do primeiro trimestre de 2011 para regularizar essa situação, promover a cobertura das provisões técnicas (Nota 10) e manter o equilíbrio financeiro da Seguradora.

19. Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a seis meses. Considerando o prazo e as características desses ativos/obrigações, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

(b) Política de gestão de riscos financeiros

A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração local, em conjunto com sua casa matriz.

Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Diretoria Financeira examina e revisa as informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

(c) Risco de crédito e liquidez

A política de aceitação de risco da Seguradora considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Seguradora tem como política trabalhar com instituições de primeira linha. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela administração.

(d) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Seguradora incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que diminuem as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco com taxa de câmbio

O risco associado decorre da possibilidade de a Seguradora vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2010, a Seguradora possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, os quais a administração não considera relevante para contratação de instrumentos financeiros para proteger essa exposição nessa data.

	Moeda	
	estrangeira	Reais
Ativo		
Prêmios a receber em moeda estrangeira (i).....	4.227	7.290
Ressarcimento de sinistro (ii).....	671	1.802
Passivo		
Provisão de prêmios não ganhos em moeda estrangeira (i).....	(86)	(147)
Exposição líquida.....	-	<u>8.945</u>

(i) Dólar dos Estados Unidos da América

(ii) Dólar Canadense

(e) Derivativos

Em 2010 e 2009, a Seguradora não operou com instrumentos financeiros derivativos.

20. Outras informações

(a) A Seguradora contrata seguros em modalidades e montantes julgados suficientes para cobrir eventuais perdas em seu ativo imobilizado.

(b) A rubrica "Outros valores e bens", no ativo circulante, refere-se, substancialmente, a bens salvados, apresentados ao seu valor de realização.

(c) A rubrica "Outras contas a pagar", no passivo circulante, refere-se, substancialmente, a reclassificação de saldo credor de reconciliação bancária.

(d) Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, conforme avaliação atuarial da administração, não foi requerida a constituição de "Provisão para insuficiência de prêmios".

(e) De acordo com o dispositivo da Circular SUSEP nº 310/2005, os custos com assistência 24 horas a serem repassados à prestadora desses serviços foram classificados na rubrica Obrigações a pagar, no passivo circulante, e em 31 de dezembro de 2010 esses custos montavam a R\$ 11.430 (2009 - R\$ 6.817).

(f) Tributos diferidos classificados no exigível a longo prazo referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos sobre reserva de reavaliação (Nota 14(c)).

DIRETORIA

Federico Baroglio
Diretor Presidente

Alberto Braune Barcellos Filho
Diretor

Marco André Guimarães Carvalho
Diretor

Mario Jorge Rodrigues Coelho da Cruz
Diretor

Sinval Chaves de Oliveira
Diretor

Sergio Wilson Ramos Junior
Diretor

Paulo Cesar Kurpan Nogueira
Diretor

ATUÁRIO
Sinval Chaves de Oliveira
MIBA nº 561

CONTADOR
Jayme Antonio Correa de Freitas
CRC-RJ 043068/O-7

PARECER ATUARIAL

Aos Administradores e Acionistas da Generali Brasil Seguros S.A.
Prezados Senhores,
Atendendo o disposto na Circular SUSEP 272/04, efetuei a avaliação atuarial desta Seguradora, na data base de 31/12/10. Usando a boa técnica e os princípios atuariais, constatei que as provisões técnicas estão

adequadamente calculadas, valoradas e constituídas, de acordo com as normas do CNSP e da SUSEP, de modo a permitir que a Seguradora possa honrar todos os compromissos com os seus Segurados. A Provisões de Prêmios Não Ganhos e Complementar de Prêmios (PPNG e PCP) são suficientes para garantir, com segurança, os riscos vigentes, o que torna desnecessária a constituição da PIP - Provisão de Insuficiência de Prê-

mios. A Avaliação Atuarial completa e Parecer Atuarial detalhado estão sendo encaminhados à SUSEP, nos termos da citada Circular 272/04.
Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2011.

Sinval Chaves de Oliveira

Atuário Responsável Técnico-Atuarial - MIBA 561

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Generali Brasil Seguros S.A.
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Generali Brasil Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Nota 3(f) às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Seguradora constituiu provisão complementar de prêmios - PCP em cumprimento às normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. Todavia, o registro contábil dessa provisão não atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, como expli-

citado no Comunicado Técnico nº 1/2007 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Como consequência da contabilização dessa provisão, em 31 de dezembro de 2010, o passivo circulante está apresentado a maior e o patrimônio líquido está apresentado a menor em R\$ 88 mil (2009 - R\$ 3.222 mil) e o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está apresentado a menor em R\$ 3.134 mil (31 de dezembro de 2009 - o prejuízo apresentado a maior em R\$ 478 mil) sem o cômputo dos efeitos tributários.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto mencionado no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Generali Brasil Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Claudia Eliza Medeiros de Miranda
Contadora - CRC 1RJ087128/O-0